



## Comissão reunirá ideias de ajustes na Lei de Inclusão

Sugestões para aumentar a aplicabilidade da legislação voltada às pessoas com deficiência estão sendo recebidas por entidade, que as encaminhará à Comissão de Direitos Humanos para embasar projeto de lei com mudanças

**S**ancionada em julho de 2015 e em vigor desde o início deste ano, a Lei Brasileira da Inclusão atingiu o objetivo de ampliar a cidadania das pessoas com deficiência, segundo os participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos. Eles apresentaram, no entanto, críticas a pontos específicos e sugestões para aumentar a aplicabilidade da lei. Um dos pontos debatidos foi a oferta obrigatória de um percentual de automóveis destinados ao uso de pessoas com deficiência nas frotas de locadoras de veículos e de táxis. **8**



Paulo Paim (C) preside debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a aplicabilidade da Lei Brasileira de Inclusão

### Trabalho a distância deve ganhar novas regras

Em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que regulamenta o trabalho a distância substitui o controle de carga horária pela avaliação de metas e dá mais autonomia ao empregado. **7**

### Pauta do Plenário inclui MP que reduz ministérios

Senadores podem votar hoje a MP 696/2015, que reduz o número de ministérios, e a MP 695/2015, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a adquirir participação em outros bancos. As medidas provisórias tramcam a pauta do Plenário. **3**



Pelo texto, toda escola deverá estar conectada, como este colégio público do DF

### Escolas podem ser obrigadas a fornecer internet para os alunos

Proposta apresentada pelos participantes do Projeto Jovem Senador em 2014 pode ser votada hoje pela Comissão de Educa-

ção, Cultura e Esporte. O texto torna obrigatória a disponibilidade de internet para os alunos dos ensinos fundamental e médio. **7**

### Grupo que analisa obras públicas retoma trabalho **3**

### Portal partilha software público entre governos **2**

### especial Cidadania

## Propostas buscam diminuir desperdício de comida no país

Enquanto 795 milhões de pessoas passam fome no mundo, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os anos. As perdas começam no campo e vão até a mesa do consumidor.

Para combater o problema no Brasil, senadores têm projetos que facilitam as doações de alimentos ainda saudáveis. Nesta edição, o *Cidadania* também traz dicas para reduzir o desperdício em casa. **4 e 5**



De cada três quilos de alimentos produzidos no mundo, um vai para o lixo

### Projetista fala hoje sobre barragem em Mariana **3**

### Ministro do STF receberá Diploma Bertha Lutz **6**

### Senador quer frente em defesa da Previdência **8**

### Colegiado pede informação sobre loteria da Caixa **2**



Secom | Publicidade e Marketing

Diploma Bertha Lutz  
15ª Premiação  
**2016**

Sessão Solene do Congresso Nacional  
Dia Internacional da Mulher

Data: 8/3/2016

Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal

AGRACIADOS

Ellen Gracie Northfleet  
Lucia Regina Antony  
Luiza Helena de Bairros  
Lya Fett Luft  
Marco Aurélio Mello

# Portal do Software Público traz soluções tecnológicas

Fruto de parceria entre o Ministério do Planejamento, o Programa Interlegis e a UnB, o portal oferece aos órgãos federais, estaduais e municipais 83 softwares para suprir necessidades de gestão pública

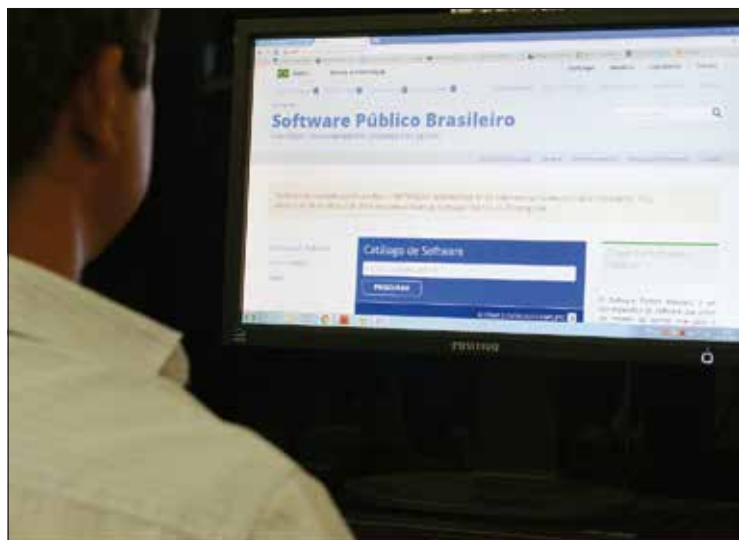
O PORTAL DO Software Público Brasileiro (SPB) é um espaço de compartilhamento de sistemas de informática de órgãos públicos de todas as esferas de governo. Gerenciado pelo Ministério do Planejamento, é uma plataforma de fácil utilização, que já tem 83 sistemas voltados às necessidades de gestores, empresários, professores, estudantes e cidadãos. Apenas de órgãos públicos federais, já são 200 cadastrados.

O portal foi construído em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e o Interlegis, programa do Senado que auxilia os Legislativos estaduais e municipais. Para o secretário de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Cristiano Heckert, a ferramenta traz economia, agilidade e transparência para a administração pública.

— Não partimos do zero, o espírito colaborativo que identificamos no Colab foi muito importante e resolvemos trazê-lo para o Portal — afirmou o secretário.

Colab é a sigla para o Comunidade Interlegis, ambiente virtual colaborativo que serve como base para assembleias estaduais e câmara municipais se comunicarem e organizarem seu conhecimento e fazerem a gestão de projetos, produtos e serviços desenvolvidos colaborativamente com o Interlegis.

A construção do SPB segue esse sistema de comunidade, que inclui usuários e desenvolvedores. Qualquer órgão pode se valer das soluções



Anna Volpe/Agência Senado

Portal permite o compartilhamento de software entre governos de todo o país

disponibilizadas e, com isso, evitar investir em algo que já existe. Os softwares são divididos em categorias como economia, saúde, educação, administração, comunicações, energia e saneamento.

## Nova versão

O ministério produz o portal desde 2013, com foco em desenvolvimento de ambiente. No final do ano passado, a nova versão, mais avançada, foi disponibilizada para todos os usuários e já despertou interesse inclusive fora do Brasil. — Agora, estamos incentivando os órgãos a se cadastrar no sistema, que tem hoje quase 5 mil usuários ativos, entre membros do governo, da academia, de empresas e cidadãos comuns.

Além de sistemas, o SPB oferece diversos serviços, como catálogo de software com busca, página para cada comunidade, listas de discussão, notícias, ambiente de desenvolvimento colaborativo,

espaço para relatar o uso do software, entre outros.

As soluções que estão sendo compartilhadas no SPB representam economia de recursos muitas vezes difícil de mensurar. Heckert cita um exemplo: apenas o Ministério da Agricultura deixou de gastar R\$ 6 milhões com um sistema que encontrou no portal.

Outro exemplo veio de uma prefeitura de Santa Catarina, que desenvolveu um sistema de gestão de escolas (notas, frequência, matrículas, distribuição de alunos e professores) que foi adotado pelo governo do Distrito Federal em 650 escolas, com quase 450 mil alunos. Com isso, a economia foi de R\$ 91 milhões.

Há ainda sistemas para controle de diárias e passagens e para tramitação eletrônica, que ajuda a reduzir a utilização de papel. Boa parte deles está voltada para a eficiência do processo e da gestão e pode ser consultada e adotada por qualquer instituição pública.

## “O governo não é do PT, está sem pai nem mãe”, avalia Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou documento *O Futuro está na Retomada das Mudanças*, divulgado durante a festa de 36 anos do PT. O texto apresenta propostas para retomar o crescimento diferentes das defendidas pelo governo.

Para o senador, isso demonstra que o PT não apoiará as reformas que Dilma Rousseff prometeu fazer para tentar melhorar a situação econômica do país. Segundo ele, o PT quer ser, ao mesmo tempo, governo e oposição.

— O governo Dilma não é de ninguém, está solto no ar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Gleisi elogia Lula e diz que ele pode disputar nova eleição

Em Plenário, Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou discurso feito pelo ex-presidente Lula no sábado em festa pelos 36 anos do PT. Ele falou sobre os problemas econômicos, as acusações contra si, a necessidade de apoiar o governo e as eleições presidenciais de 2018.

Ela destacou que Lula é considerado o melhor presidente que o país já teve por 37% dos brasileiros, segundo o Datafolha, e estará no segundo turno em 2018. Para a senadora, ele representa um projeto que mudou o Brasil.

— Esse é o Lula e o que está em jogo são as eleições.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ana Amélia afirma que Dilma está sendo isolada pelo PT

Ana Amélia (PP-RS) avaliou que o esforço em defender o ex-presidente Lula deixou Dilma Rousseff enfraquecida no PT. Ela lembrou que são cada vez mais numerosas as declarações de parlamentares do partido contra o governo.

A senadora citou recente votação sobre o pré-sal, na qual o governo foi a favor e o PT, contra.

Ana Amélia expressou também preocupação com a saída do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que atribuiu às pressões do PT para impedir que a Polícia Federal cumpra seu papel.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Senado dá início a curso de pós-graduação em Orçamento

O diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, falou sobre o papel do Legislativo na fiscalização do Orçamento no início das aulas do curso de pós-graduação em orçamento público, no Senado. O curso é uma parceria entre Senado, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Secretaria de Orçamento e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A aula inaugural ocorreu ontem, no Auditório do ILB/Interlegis.

Helder Rebouças disse que o tratamento dado à peça

orçamentária nos municípios é deficiente. Segundo ele, em geral ela é produzida pelo contador das prefeituras.

— Nós resolvemos o problema da União, mas a questão nos municípios ainda deixa muito a desejar — avaliou.

O secretário-adjunto de Orçamento Federal, Cilair Rodrigues, apresentou uma visão geral do processo orçamentário. Já o diretor legislativo da CLDF, Arlécio Gazal, falou sobre fiscalização orçamentária e política. O papel do TCU no controle orçamentário foi o tema do auditor federal Antonio Carlos d'Ávila.

## Comissão vai votar pedido de informação sobre loteria da Caixa

A Comissão de Transparência e Governança Pública do Senado (CTG) tem reunião marcada para amanhã, às 14h30. Na pauta, estão dois requerimentos. Um deles pede ao Ministério da Fazenda informações relativas às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. Paulo Bauer (PSDB-SC),

autor do requerimento, quer saber a relação dos ganhadores de prêmios superiores a R\$ 1 milhão nos últimos 8 anos. O outro requerimento, de Telmário Mota (PDT-RR), pede audiência pública sobre o *Referencial Básico de Governança*, do TCU, voltado a boas práticas da governança.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Tecnologia no SUS**  
9h Votação do PLS 415/2015, que otimiza o uso de tecnologias no âmbito do SUS.
- CMA Controle de água, luz e gás-**  
9h30 Votação do PLC 113/2014, sobre controle do consumo de água, luz e gás.
- CAE Desapropriação**  
10h Votação do PLS 504/2013, sobre desapropriação para parcelamento do solo.
- CE Acesso à internet**  
11h30 Votação do PLS 280/2015, sobre acesso à internet aos alunos dos ensinos fundamental e médio.
- MINERACÃO Compensação financeira**  
13h Audiência pública sobre Compensação Financeira pela Exploração Mineral.
- MULHER Lançamento de revista**  
14h Lançamento da revista da comissão.
- TRANSPARÊNCIA Requerimentos**  
14h30 Votação de requerimentos.
- MERCOSUL Agrotóxicos**  
14h30 Votação do PLS 680/15, sobre troca da expressão “agrotóxicos” por “produtos fitossanitários”.
- OBRAS INACABADAS Trabalhos**  
14h30 Reinício dos trabalhos da comissão.
- CMO Contas da Presidência**  
15h Audiência pública com o ministro do TCU Augusto Nardes e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, sobre a prestação de contas da Presidência de 2014.
- BARRAGENS Mariana**  
15h Audiência pública sobre o rompimento de barragem em Mariana (MG).
- PLENÁRIO MP 695**  
16h Votação de MP que autoriza o BB e a Caixa a participar de instituição financeira.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h Renan Calheiros preside a sessão deliberativa do Plenário.

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Plenário avalia MP que reduz ministérios

Essa medida provisória e a que permite que Caixa e Banco do Brasil adquiram outros bancos chegaram da Câmara na semana passada e trancam pauta do Senado

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS travam a pauta do Plenário do Senado. A primeira é a MP 696/2015, que reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República e redistribui as competências entre os órgãos. A segunda é a MP 695/2015, que autoriza o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e as subsidiárias dos dois bancos a adquirir participação em outras instituições financeiras.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez na quinta-feira a leitura das MPs, que já foram aprovadas pela Câmara dos Deputados. As duas estão na ordem do dia de hoje do Plenário.

A MP 696 tem os objetivos de reduzir a máquina pública federal e cortar gastos. O texto prevê fusões entre o Ministério do Trabalho e o da Previdência Social e entre os Ministérios da Agricultura e da Pesca.

O Ministério do Planejamento, de acordo com a medida provisória, assume as funções da Secretaria de



Renan Calheiros lê na sessão da quinta-feira a MP que muda ministérios e a que trata de bancos

Assuntos Estratégicos, que deixa de existir.

A Secretaria de Direitos Humanos, a de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a de Políticas para as Mulheres, segundo a MP, passam a compor um

único ministério.

A Secretaria-Geral da Presidência é renomeada como Secretaria de Governo e incorpora a Secretaria de Relações Institucionais e a de Micro e Pequena Empresa.

Por fim, o Gabinete de Segurança Institucional passa a se denominar Casa Militar da Presidência, nome que tinha até 1999.

## Raspadinha

A MP 695, por sua vez, autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a adquirir participação em instituições financeiras e estabelece que os bancos deverão exigir nas operações de compra uma cláusula prevendo a nulidade ou a possibilidade de anulação futura do negócio se for verificada a ocorrência de alguma irregularidade preexistente.

A MP também autoriza a loteria instantânea Lotex (raspadinha) a explorar comercialmente eventos de apelo popular, datas comemorativas, referências culturais e licenciamentos de marcas e personagens. A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (Lei 13.155/2015) estabelece que essa aposta deve abranger só temas ligados ao futebol.

## Engenheiro de barragem que se rompeu fala hoje

O projetista da Barragem de Fundão, Joaquim Pimenta de Ávila, é um dos convidados da audiência pública que discutirá hoje o rompimento da barragem, que ocorreu em novembro, em Mariana (MG). O debate, promovido pela Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens, está marcado para as 15h.

Considerado o maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem deixou 17 mortos e 2 desaparecidos. A

lama com rejeitos da extração de minério de ferro atingiu a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que abrange 230 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, provocando desabastecimento de água potável, e alcançou o mar.

Na avaliação de ambientalistas, os estragos no meio ambiente devem durar por até cem anos.

Na conclusão do inquérito da Polícia Civil sobre o desastre, foram indiciados sete diretores e gerentes e o

diretor-presidente licenciado da Samarco, mineradora responsável pela barragem. Eles podem responder por 19 homicídios qualificados, inundação e poluição da água.

Também foram convidados para a audiência pública o engenheiro da VogBR Recursos Hídricos e Geotécnica José Mário Queiroga Mafra, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Carlos Barreira Martinez, o diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Walter Arcoverde, e o procurador Carlos Eduardo Ferreira Pinto, do Ministério Público de Minas Gerais.

A comissão temporária foi criada para avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e propor soluções para a prevenção de acidentes como o de Mariana.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Grupo que fiscaliza obra pública para definir plano de trabalho

A subcomissão criada para fiscalizar a aplicação de recursos públicos em obras inacabadas faz hoje sua primeira reunião do ano. No encontro, será decidida a agenda de trabalho para 2016.

Criada no ano passado dentro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a subcomissão tem como presidente o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e atuará por dez meses, analisando os principais empreendimentos públicos inacabados e identificando as causas do atraso das obras e os responsáveis pelos problemas. Também sugerirá medidas legislativas para evitar novas ocorrências.

Mesmo não havendo definição clara sobre o que é uma obra inacabada, informou Ataídes, o Tribunal de Contas da União (TCU) em 2007 identificou 400 obras paradas, financiadas com recursos federais. Desde então,

disse, não foi feito um novo levantamento.

Ataídes observou que o Senado estudou o problema de obras paralisadas em 1995, quando uma comissão identificou mais de mil obras interrompidas e sugeriu mecanismos de acompanhamento — eles, entretanto, nunca foram implementados.

Outra tentativa, disse ele, foi feita entre 2003 e 2005, também por uma subcomissão da CMA. Da mesma forma, o trabalho não resultou em mudança na sistemática de acompanhamento das obras pelo Senado e em solução para os problemas.

Ele considera que as graves consequências das obras inacabadas justificam uma nova tentativa, com a nova subcomissão, “para detalhar o problema, aprofundar estudos sobre suas causas e propor soluções, reforçando o papel fiscalizador do Poder Legislativo”.



Vilarejo em MG destruído pela onda de lama liberada pela Barragem de Fundão

## Má gestão de verbas atrasa obras de saneamento básico, diz Elmano

Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que atrasos nas obras fazem com que o Brasil esteja longe de atingir a meta de universalização do saneamento básico.

Para ele, o problema na maioria das vezes não é falta de recursos, mas o desperdício e a incapacidade de usar esses recursos.



O senador apontou a relação entre os baixos índices de saneamento e a incidência de doenças, principalmente as transmitidas pela água. Essas doenças acabam sobrecarregando o SUS e afastando brasileiros do trabalho.

Segundo ele, Teresina tem cobertura de esgoto de apenas 18%.

## Wellington crê que leilão de portos facilitará escoamento agrícola

Wellington Fagundes (PR-MT) informou que no dia 31 ocorrerá o leilão de seis áreas para terminais portuários no Pará, para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste. As novas áreas receberão R\$ 1,46 bilhão em obras e equipamentos.

Segundo ele, a demanda portuária cresceu



70% no país entre 2003 e 2014: — As dificuldades no escoamento da produção e o consequente déficit na capacidade portuária do país mostram claramente a necessidade de investimento no setor.

Ele afirmou que só com investimentos em infraestrutura o país poderá retomar o crescimento.

## Para Capiberibe, decisões judiciais mudarão poder público no Amapá

Dois fatos esperados para este mês podem mudar a história do Amapá e moralizar o uso do dinheiro público no estado, disse João Capiberibe (PSB-AP).

O primeiro deve ocorrer hoje, quando o Superior Tribunal de Justiça começa a ouvir pessoas acusadas de associação criminosa, entre as quais



juízes, ex-prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

No dia 16, acrescentou o senador, o Tribunal de Justiça do Amapá iniciará o julgamento do primeiro processo da Operação Eclésia, que apura desvio de dinheiro público na Assembleia Legislativa do estado.

# Desperdício de comida desafia sociedade moderna

Enquanto milhões passam fome, o mundo joga no lixo toneladas de alimentos. Para combater o problema no país, senadores buscam ampliar doações

lara Altafin

DE CADA TRÊS quilos de alimentos produzidos no mundo, pelo menos um é jogado fora. Vai para o lixo todos os anos 1,3 bilhão de toneladas de comida que poderia ajudar a alimentar 795 milhões de pessoas que passam fome.

Números da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) também mostram que, além do drama social, o desperdício impõe à sociedade moderna um alto custo ambiental e econômico.

A produção da comida descartada consome 250 quilômetros cúbicos de água e ocupa 1,4 bilhão de hectares, quase um terço de toda a terra cultivada do planeta.

O desperdício joga anualmente na atmosfera 3,3 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, terceiro maior volume de emissões que provocam o aquecimento global, atrás apenas das emissões dos Estados Unidos e da China.

Os custos de tanto desperdício superam os US\$ 750 bilhões a

cada ano, estima a FAO. Inutilizar tamanho volume de investimentos e de recursos naturais é um contrassenso frente ao desafio mundial de alimentar uma população que deverá passar de 8 bilhões de habitantes nos próximos 15 anos.

— Não é justo nem razoável que, enquanto tem gente passando fome no Brasil e em todo o mundo, se tenha desperdício de comida. Acho um crime — diz a senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

## Múltiplas causas

A magnitude dos números do desperdício indica a complexidade de um problema que começa quando o alimento é colhido no campo e depois processado, armazenado e transportado.

Pelo menos metade do desperdício ocorre nessas etapas da cadeia de produção, mas são perdas classificadas como não intencionais, decorrentes da falta de tecnologia adequada nas propriedades rurais. Não são raros danos em frutas e verduras pelo manuseio incorreto na colheita

ou por ficarem muito tempo expostas ao calor ou ao vento. Também são consideradas involuntárias as perdas por problemas na infraestrutura de transporte, desde estradas esburacadas até a precariedade de veículos utilizados para o escoamento da produção.

## Descarte nas cidades

A outra metade do desperdício é mais visível, pois é quando a produção chega às cidades e o descarte acontece nos armazéns atacadistas ou no varejo em supermercados, verdurões e feiras. A maior parte acaba descartada.

— O desperdício pode chegar a 40% [da produção]. No Brasil, são centenas de toneladas desperdiçadas só na parte final, no varejo de alimentos — lamenta o senador Jorge Viana (PT-AC), autor de projeto de lei para incentivar a doação de produtos em condição de consumo. Aumentar as doações é essencial para programas como bancos de alimentos criados para distribuição a populações carentes. Essas iniciativas hoje contam com uma pequena fração do volume não comercializado por atacadistas e varejistas.

— Temos no Brasil 26 milhões de toneladas de alimentos que vão a cada ano para o lixo. E sabemos que temos algo em torno de 7 milhões de pessoas que passam fome no país, das quais 3,4 milhões são crianças, que poderão ter comprometimento de seu aproveitamento escolar [pela subnutrição].

Parte dos alimentos vem de pequenos agricultores que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal, mas uma parcela das frutas e verduras entregues à religiosa é doada por comerciantes ao Programa Desperdício Zero (PDZ), da Ceasa-DF.

A creche é uma das 160 entidades cadastradas para receber doações do PDZ, que beneficia 43 mil pessoas. Mensalmente, são doadas em média 30 toneladas de frutas e verduras frescas que não encontraram compradores.

As crianças da creche Lar Mãe da Divina Graça já tomaram suco feito com frutas da empresa atacadista Diniz Laranjas. A quantidade de fruta entregue pela empresa ao PDZ varia muito ao longo do ano, mas já chegou a 20 toneladas ao



Na Ceasa do Distrito Federal, Programa Desperdício Zero beneficia cerca de 43 mil pessoas com doações feitas pelos atacadistas

## Programa evita perdas e ajuda quem está precisando

Toda quinta-feira, a irmã Maria Angelina Batista vai até o Banco de Alimentos da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF) buscar doações para o preparo das refeições oferecidas a 80 crianças da creche Lar Mãe da Divina Graça, em Samambaia, também no DF.

— É um controle bem rigoroso, pois é uma forma de incentivar as doações e garantir a quem doa que o alimento será bem destinado — diz.

— Vinha uma pessoa com um ofício pedindo doação e depois ia vender a laranja. Para evitar esse problema, a gente jogava tudo no lixo. Hoje eu separo, o Banco de Alimentos recolhe e distribui. E eles fazem controle — relata.

A equipe do programa visita cada entidade credenciada para confirmar se está cumprindo a finalidade e prestando o atendimento informado no cadastro, como explica Marcos Sampaio, engenheiro de Alimentos da Ceasa.

— É um controle bem rigoroso, pois é uma forma de incentivar as doações e garantir a quem doa que o alimento será bem destinado — diz.

— O segmento comercializa um produto que não pode esperar 30, 40 ou 60 dias, como ocorre com um eletrodoméstico ou um carro. Aqui temos um prazo curto para vender e o consumidor tem prazo curto também para consumir.

— O volume de produtos que passa pelo PDZ, no entanto, poderia ser muito maior, pois são descartados mensalmente na Ceasa 600 toneladas de resí-

## Potencial

Ganham força entre os países europeus iniciativas para incentivar o consumo de frutas e verduras “feias” — aquelas cuja aparência foge aos padrões de qualidade de mercado e, por falta de comprador, acabam no lixo.

Um exemplo é a Rede Fruta Feia, em Portugal, que recolhe nas propriedades rurais produtos muito pequenos, muito grandes, disformes ou com manchas, que dificilmente seriam aceitos em mercados convencionais. Os produtos são vendidos diretamente a consumidores cadastrados na rede.

A iniciativa integra esforços para reduzir o alto desperdício de alimentos na União Europeia, que chega à metade dos produtos em condições de consumo, como afirmam os consultores do Senado Marcus Peixoto e Henrique Salles Pinto. Autores do estudo *Desperdício de alimentos: questões socioambientais, econômicas e regulatórias*, eles relatam ainda outras medidas adotadas na Europa, como a redução do tamanho das embalagens, “para ajudar os consumidores a comprar somente a quantidade adequada às suas necessidades de consumo”.

— A estimativa é que o desperdício per capita de alimento de consumidores da Europa e América do Norte seja de 95 a 115 kg/ano, enquanto na África Subsaariana e no Sul e Sudeste da Ásia, de apenas 5 a 11 kg/ano”.

— Também para reduzir o desperdício, foram promovidas mudanças nas leis para obrigar grandes redes de supermercados a doar a instituições assistenciais alimentos não vendidos. A Bê-

gica foi o primeiro país a adotar a norma, seguido pela França. Os consultores explicam que, em países desenvolvidos, as perdas se concentram na fase da comercialização, uma vez que os agricultores contam com tecnologias adequadas para produção, processamento e transporte.

Apesar disso, eles ressaltam que muito mais alimentos são desperdiçados nos países industrializados: “A estimativa é que o desperdício per capita de alimento de consumidores da Europa e América do Norte seja de 95 a 115 kg/ano, enquanto na África Subsaariana e no Sul e Sudeste da Ásia, de apenas 5 a 11 kg/ano”.

## Projetos buscam incentivar doações

Ao constatar que um alimento está em perfeitas condições, mas que o prazo de validade expirou, o consumidor muitas vezes fica em dúvida se pode ou não consumir o produto. Para resolver o problema, o senador Jorge Viana (PT-AC) propõe incluir na legislação o conceito de prazo de validade para consumo seguro.

Seria um prazo superior à validade para venda, que já consta nos rótulos dos produtos, mas que ainda permite que os alimentos sejam consumidos com segurança. A medida seria uma forma de incentivar a doação por fabricantes e comerciantes.

Conforme o projeto (PLS 738/2015), passaria a constar nos rótulos a data-limite para a venda ao consumidor e a validade para o consumo com segurança.

— Nesse intervalo, é possível o consumo seguro do alimento e também se pode fazer a doação sem que se criminalize o doador — explica Viana.

O senador lembra que, de acordo com o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor (CDC), pode ser responsabilizado legalmente quem doar alimentos com prazo de validade vencido. Por isso, são jogados no lixo produtos que ainda poderiam ser consumidos.

Ao estabelecer a validade para consumo seguro, Viana quer acabar com esse impedimento legal à doação de produtos ainda saudáveis.

Ele também propõe a possibilidade de doação de produtos que, apesar de estarem no prazo de validade, perderam a condição de comercialização. Estão nesse caso produtos cujas embalagens sofreram

pequenos danos e são rejeitados pelos consumidores. O senador ressalta que a doação desses alimentos só deverá ocorrer se comprovada a qualidade deles.

O projeto recebeu voto favorável da relatora na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senadora Ana Amélia (PP-RS), e será discutido em audiência pública, antes de ser votado.

## Obrigatória

Já o PLS 672/2015, do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), obriga supermercados, sacolões, mercados, feiras e restaurantes com mais de 200 metros quadrados de área construída a firmar contratos de doação com entidades que distribuem alimentos à população carente.

Segundo a proposta, os doadores estarão isentos de responsabilidade civil e penal por dano ao beneficiário, desde que não se caracterize dolo e negligência.

— O projeto dá respaldo aos estabelecimentos comerciais que comercializam alimentos, especialmente frutas, com mais de 200 metros de área, para que possam doar alimentos. Isso ainda não é feito por falta de segurança jurídica — afirma.

Ataídes também propõe que alimentos já sem condição para consumo sejam doados à indústria de compostagem, para serem transformados em adubo. Ele observa que hoje milhões de toneladas de alimentos são descartados em lixões, resultando em grave problema ambiental.

— Com o projeto estamos atacando duas grandes causas: o combate à fome e o problema do lixo — diz.

Para quem descumprir as normas, deverá ser aplicada multa de R\$ 100 mil.

## Política

Também tramita na CRA o PLS 675/2015, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que cria a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos.

A senadora quer instituir no governo um grupo permanente para o combate ao descarte de alimentos em condições de consumo, que contaria com a participação de entidades da sociedade.

O texto prevê ainda campanhas de conscientização e concessão de incentivos à fabricação de equipamentos que processem alimentos para reduzir perdas.

## Incentivos

Em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o PLS 503/2015, da senadora Sandra Braga (PMDB-AM), prevê que doações de alimentos feitas pelo menos cinco dias antes do vencimento da validade dos produtos poderão ser deduzidas da declaração de Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

O engenheiro agrônomo da Ceasa-DF Marcus Araújo acredita que a medida terá a adesão dos comerciantes.

— Eles poderão evitar uma perda de 100% dos produtos [que não conseguiram vender] e também estarão mais conscientes de que estarão ajudando pessoas que necessitam dos alimentos que seriam jogados fora — diz.

No projeto, a senadora propõe que os direitos assegurados no Código de Defesa do Consumidor não se apliquem ao consumo de produtos alimentares doados.

## Alimentos saudáveis ficam pelo caminho



### Faça a sua parte

- Planeje suas compras e leve para casa apenas o que precisa.
- Mantenha na frente do armário produtos com menor tempo de validade e atrás, os com mais tempo.
- Ao consumir, dê preferência a produtos que estão próximos do vencimento da validade.
- Seque frutas, legumes e verduras que serão guardados na geladeira.
- Aproveite as partes boas de fruta e legume e descarte apenas a parte danificada.
- Aproveite folhas, sementes, talos e cascas no preparo de receitas.
- Nas refeições, sirva apenas o que vai comer.
- Congele alimentos não consumidos em uma refeição ou transforme as sobras em novos pratos.
- Doe os produtos que não for consumir.



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre o desperdício e ações para enfrentar o problema: <http://bit.ly/desperdicioalimentos>

## Hora de virar a mesa

- No mundo: 1,3 bilhão de toneladas/ano desperdiçadas (2013)
  - 795 milhões de pessoas passando fome
  - No Brasil: 26,3 milhões de toneladas/ano desperdiçadas (2013)\*
  - 7,2 milhões de pessoas passando fome\*\*
- Fontes: FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)  
Fontes: Embrapa\* e IBGE\*\*

## Saiba mais

- Estudo da Consultoria Legislativa do Senado **Jorge Viana** <http://bit.ly/boletim41>
- Projeto do senador **Ataídes Oliveira** <http://bit.ly/pls738de2015>
- Projeto do senador **Maria do Carmo Alves** <http://bit.ly/pls672de2015>
- Projeto da senadora **Sandra Braga** <http://bit.ly/pls503de2015>

Ministro do STF Marco Aurélio Mello receberá prêmio por ter lançado campanha para incentivar maior participação da mulher na política

# Diploma Bertha Lutz será concedido a um homem pela primeira vez

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello será o primeiro homem a receber o Diploma Bertha Lutz, concedido pelo Senado a pessoas que tenham oferecido uma contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e às questões de gênero no Brasil.

Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio lançou em 2014 a campanha Mais Mulheres na Política. Também ajudou a conceber a ideia publicitária “Todo poder às mulheres”, defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.

O prêmio, que está na 15ª edição, será entregue na próxi-

ma terça em sessão solene do Congresso para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

## Movimento feminista

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi criado em 2001 e já premiou 75 mulheres. Entre elas, Rose Marie Muraro, escritora e feminista; Maria da Penha, farmacêutica que inspirou com sua luta pessoal a aprovação da Lei Maria da Penha; Zilda Arns, que foi coordenadora da Pastoral da Criança; a presidente Dilma Rousseff; e a ex-senadora Emília Fernandes, autora do projeto que deu origem à premiação.

O nome do prêmio é uma homenagem à bióloga Bertha Maria Julia Lutz (1894–1976). Ela foi uma das pioneiras



Ministro lançou no Senado, em 2014, campanha por empoderamento da mulher

do movimento feminista no Brasil, responsável por ações políticas que resultaram em leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos no início do século 20.

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), é composto por 15 senadores, que escolhem anualmente cinco pessoas entre as indicadas por qualquer um dos 81 senadores. Desde o ano passado, quando foi aprovado um projeto de lei alterando a Resolução 2/2001, que institui o Diploma Bertha Lutz, podem ser indicados homens, e não apenas mulheres.

Para a autora do projeto, senadora e titular da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “é preciso reconhecer que as mulheres não estiveram sozinhas na jornada em favor da igualdade entre homens e mulheres”.

Neste ano, o Diploma Bertha Lutz também será entregue à ex-ministra Ellen Gracie, primeira mulher a integrar e presidir o STF; à cirurgiã-dentista Lucia Regina Antony, ex-vereadora em Manaus, líder feminista e fundadora e ex-presidente do Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas e da União de Mulheres de Manaus; à militante nas áreas de raça e gênero Luiza Helena de Bairros, ex-titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil; e à escritora Lya Luft.

## Collor propõe debate sobre parlamentarismo

Fernando Collor (PTB-AL) disse que, com crise ou sem crise, o parlamentarismo é um regime de governo melhor que o presidencialismo e quer que o Congresso debata o assunto.



Autor da proposta de emenda à Constituição que institui o parlamentarismo no Brasil (PEC 32/2015), afirmou que o presidencialismo de coalizão, vigente no país, favorece crises entre o Executivo e o Legislativo.

Para ele, o parlamentarismo tem mecanismos que amenizam crises e garantem maior controle da população sobre o governo.

— Testemunharíamos o principal legado do parlamentarismo: a rápida solução de toda e qualquer crise, seja ela política, econômica ou institucional — defendeu.

## Gurgacz defende mais mulheres na política

Depois da conquista do direito ao voto, há 84 anos, já passou da hora de as mulheres terem maior participação na política, afirmou o senador Acir Gurgacz (PDT-RO).



Ele citou algumas leis nesse sentido, como a que reserva às mulheres o mínimo de 30% das candidaturas de cada partido nas eleições proporcionais. No entanto, cobrou fiscalização e disposição dos partidos para aumentar a participação feminina.

Só assim, disse, aumentará o índice de mulheres nos Legislativos do país, que hoje é de 10% em média.

— Não basta ter mulheres no poder. É preciso ter compromisso com as demandas desse segmento — afirmou.

## Agraciados na 15ª edição



### Ellen Gracie Northfleet

▪ Natural do Rio de Janeiro, é graduada em direito e especialista em antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Começou a carreira de jurista como procuradora regional da República, exercendo depois o cargo de desembargadora federal. Foi a primeira mulher a integrar e a presidir o Supremo Tribunal Federal (STF). Participou de importantes processos de decisão para a população, entre os quais o que tratou da definição de união civil homoafetiva. Sempre defendeu a maior participação das mulheres brasileiras na vida nacional e no cenário internacional.



### Lucia Regina Antony

▪ Natural de Manaus, é cirurgiã-dentista e servidora pública municipal. Líder feminista e fundou e presidiu o Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas e a União de Mulheres de Manaus. Em 1988, participou da fundação e foi eleita diretora da União Brasileira de Mulheres. Foi vereadora por Manaus em duas legislaturas, de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Também foi diretora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Sindicato dos Odontólogos e presidente do SindSaúde do Amazonas.



### Luiza Helena de Bairros

▪ Natural de Porto Alegre, é graduada em administração pública e de empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É mestre em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutora em sociologia pela Universidade de Michigan. Mora em Salvador desde 1979, onde atuou em diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro Unificado. Trabalhou em programas das Nações Unidas contra o racismo em 2001 e 2005. Foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial de 2011 a 2014. Trabalha e milita em defesa das questões de raça e gênero.



### Lya Luft

▪ Natural de Santa Cruz do Sul, cidade gaúcha de colonização alemã. Formada em pedagogia e letras anglo-germânicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é também mestre em linguística aplicada e em literatura brasileira e portuguesa. Foi tradutora de literatura em alemão e inglês, abrangendo obras de autores como Thomas Mann, Virginia Woolf, Hermann Hesse e Günter Grass. Escreveu e publicou mais de 30 livros, entre romances, coletâneas de poemas, crônicas, ensaios e livros infantis. Professora aposentada da UFRGS, atualmente é colunista da revista *Veja*. Em 2001, recebeu o Prêmio União Latina de melhor tradução técnica e científica e, em 2013, o Prêmio ABL na categoria Ficção, Romance, Teatro e Conto, pela obra *O Tigre na Sombra*.

### Marco Aurélio Mello

▪ Natural do Rio de Janeiro, graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também concluiu os créditos no mestrado em direito privado. Atuou na Justiça do Trabalho e foi nomeado ministro do STF em 1990. Presidiu a Corte de 2001 a 2003 e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por três vezes (1996-1997, 2006-2008 e 2013-2014), participando ativamente do processo de informatização das eleições brasileiras. Em 2014, como presidente do TSE, lançou a campanha Mais Mulheres na Política e defendeu condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.

Fotos: Wilson Dias/Abir, arquivo pessoal, Volker Compton/Abir, Victor Soares/Abir

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Projeto define regras para trabalho a distância

Em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, proposta que regula o teletrabalho substitui o controle de horário do empregado pela avaliação de metas a serem atingidas

A CONSOLIDAÇÃO DAS Leis do Trabalho (CLT), de 1943, deverá ser alterada para regular o trabalho a distância, modalidade em ascensão em nível mundial. Um projeto com esse objetivo está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), a proposta (PLS 326/2013) estabelece duas categorias de trabalho a distância: o regular, que se distingue do trabalho normal unicamente pela localização (fora do estabelecimento do empregador), e o teletrabalho, também distante, mas caracterizado pelo uso de meios telemáticos e informatizados para sua execução.

Uma característica do teletrabalho, ressaltada na proposta de Amorim, é a ausência de controle de jornada de trabalho, substituído pela avaliação de metas a serem cumpridas. De acordo com o relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), o teletrabalho presume maior grau de autonomia do trabalhador, inclusive quanto à gestão de riscos ocupacionais.

## Dispensa

O projeto dispensa o empregado submetido ao teletrabalho de comparecer à empresa por até cinco dias úteis, mas permite o uso das

dependências do empregador sempre que isso for necessário ao desenvolvimento das atividades.

Segundo o texto, não haverá pagamento de horas extras enquanto o empregado estiver submetido ao teletrabalho, exceto se o empregador o obrigar a comparecer às dependências da empresa em período inferior a seis dias úteis.

A proposta veda ao empregador a visitação do local de trabalho do empregado, exceto para vistoria inicial ou para instalação, manutenção ou substituição de equipamentos.

O empregado submetido ao teletrabalho terá direito ao ressarcimento de gastos extraordinários decorrentes de suas funções. O projeto classifica esse valor como parcela indenizatória. Além disso, ele fará jus à metade do vale-transporte a que teria direito normalmente e à integralidade do vale-alimentação.

Conforme a proposição, o empregado deverá respeitar a confidencialidade dos dados da empresa. E fica proibida a contratação de empregado estrangeiro na modalidade de teletrabalho sem expressa autorização do Ministério do Trabalho e Emprego. Para Amorim, é uma forma de limitar a transferência de trabalho e renda para o exterior.

A proposta atribui ao empregado responsabilidade pelos



Funcionário fica dispensado de ir à empresa por até 5 dias úteis, mas pode usar dependências do empregador, prevê projeto

riscos do local de trabalho em que é executado o serviço, mas dá-lhe o direito a um seguro adicional de vida e de acidentes pessoais. Esse ponto foi objeto de discordância do relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Benedito de Lira (PP-AL).

O senador argumentou que a exclusão a priori da responsabilidade do empregador, mesmo que subsidiária, cria um desequilíbrio na natureza da relação entre as partes, em prejuízo do empregado. Por isso, o relator na CAS apresentou uma emenda deixando clara a responsabilidade do empregador por danos decorrentes de trabalho efetuado fora do ambiente da empresa, mas facultando-lhe a contratação

de seguro.

O relatório de Benedito ainda não foi votado na CAS, em decorrência de requerimento para o exame da matéria também pela CAE. Nesta comissão, Requião observou que, como a proposta terá decisão terminativa na CAS, o relatório dele na CAE limitasse a aspectos propriamente econômicos.

## Atualização

Reconhecendo “a inestimável contribuição” que a CLT trouxe para a vida social brasileira, Requião notou que essa norma não poderia cobrir todos os desafios que a evolução tecnológica veio a apresentar, passados mais de 70 anos de sua edição.

Segundo ele, a realidade dos trabalhadores a distância da década de 1940 — em sua maior parte, navegantes, rodoviários, ferroviários ou caixeiros viajantes — é muito diferente da realidade da “miríade de trabalhadores que hoje se utilizam dos computadores para os mais diversos tipos de trabalho e que se ativam em praticamente qualquer lugar, não apenas em seus domicílios”.

Já Eduardo Amorim observou que a modificação introduzida na CLT pela Lei 12.551/2011, reconhecendo a existência do trabalho a distância, representou um passo importante, mas insuficiente, na adequada regulamentação do teletrabalho.

## Oferta de internet nas escolas pode ser obrigatória

Proposta apresentada pelos participantes do Projeto Jovem Senador em 2014 pode ser votada hoje pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto torna obrigatória a disponibilidade de internet para os alunos do ensino fundamental e do ensino médio, das redes pública e privada, para fim educacional.

Os participantes do Jovem Senador são estudantes selecionados em concurso anual de redação para vivenciarem a atuação legislativa no Senado. A sugestão dos estudantes foi analisada pela Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e transformada no Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2015.

No texto, a comissão argumenta que o Projeto Banda Larga nas Escolas previa todas as escolas públicas urbanas conectadas à internet até o final de 2010. Até 2013, no entanto, 5,5 mil dessas escolas não tinham internet, segundo o Censo Escolar.

O relator do texto na CE, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é a favor da aprovação. Ele sugere que as alterações propostas sejam introduzidas

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996). Se aprovado, o texto seguirá para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Também está na pauta projeto do ex-senador Vital do Rêgo que regula a extinção de escolas da rede pública de educação básica (PLS 10/2012).

Pelo substitutivo elaborado por Douglas Cintra (PTB-PE) ao texto, as escolas somente poderão sofrer reestruturação ou serem fechadas após a prévia manifestação do conselho de Educação do respectivo sistema, e isso sem prejuízo à continuidade dos estudos de seus alunos. Cintra destaca a consulta à comunidade afetada no eventual fechamento, assim como a anuência do respectivo conselho, como critérios democratizantes.

O terceiro item na pauta é o PLS 281/2014, do ex-senador Fleury, que inclui a previsão de apresentações de ações culturais dos Pontos e Pontões de Cultura nas escolas da rede pública. O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), apresentou substitutivo pela aprovação.

## Comissão deve votar proposta para enfrentar escassez de água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode votar hoje, em decisão final, projeto de lei do Senado que estimula a população a armazenar água da chuva.

O PLS 324/2015, apresentado por Donizeti Nogueira (PT-TO), obriga novas construções públicas e privadas a contar com projetos prevendo a instalação de sistema de captação de água de chuva ou de reúso não potável de água. Já prevendo o agravamento da crise hídrica nas próximas décadas, o senador informa que o objetivo é reduzir o desperdício de água limpa mediante substituição por água de qualidade inferior em atividades de limpeza que não exijam consumo direto.

Em relatório favorável à proposta na CMA, Lídice da Mata (PSB-BA)

ressaltou que o aproveitamento de água da chuva traz como benefícios a redução no consumo de água potável, no custo da conta de água, no volume direcionado ao sistema de drenagem urbana e na pressão de demanda sobre os mananciais.

Sob alegação de que o sistema proposto pode não ser economicamente viável em pequenos imóveis, devido aos custos de instalação e manutenção, o relator na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), Gladson Cameli (PP-AC), apresentou emenda para que a proposta seja adotada somente em condomínios residenciais, edificações comerciais e residências com mais de 300 metros quadrados de área construída, em se tratando de propriedades privadas. A senadora manteve esse artigo no texto.



Participantes do Jovem Senador apresentaram sugestão que virou projeto de lei

Pedro Franco/Agência Senado



Em debate presidido por Paulo Paim (C), procurador Felipe Fritz Braga (D) criticou os vetos de Dilma Rousseff ao estatuto

## Em vigor há 2 meses, Lei de Inclusão pode ser ajustada

Sugestões foram apresentadas durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos que discutiu formas de aplicar a legislação. Ideias devem ser entregues em 6 de julho, durante seminário

A LEI BRASILEIRA de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi um marco na inclusão e na ampla cidadania das pessoas com deficiência, segundo participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). No debate, sobre a aplicabilidade da legislação (Lei 13.146/2015), houve também críticas a pontos específicos do texto e sugestões de mudanças.

As locadoras de veículos rejeitam, por exemplo, a obrigação de que, para cada 20 veículos da frota, um seja destinado para o uso de pessoas com deficiência. A Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva (Abridgef), sugeriu correção em aspectos técnicos relativos às adaptações para esse grupo de usuários. Defendeu ainda a concessão de novos subsídios para serviços dentro dessa modalidade.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto do estatuto, advertiu que os ajustes não podem, contudo, comprometer as conquistas asseguradas. O texto foi sancionado em julho de 2015, passando a vigorar em janeiro.

— Nunca tivemos a pretensão de elaborar um instrumento irretocável, mas o estatuto vai além de um conjunto de artigos. O que o torna mais especial é o debate que provocou e provoca, mostrando que ainda pode ser aperfeiçoado — disse o senador.

Ficou acertado que as sugestões de ajustes na Lei de Inclusão devem ser encaminhadas formalmente ao Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade), onde serão pré-avaliadas e consolidadas em um único documento. Depois essas contribuições serão encaminhadas à CDH, como subsídio a um projeto

de lei para atualização do estatuto. A entrega da proposta acontecer em 6 de julho, durante seminário no Senado, em celebração ao primeiro ano da sanção da lei.

### Carros adaptados

Monica Cavenaghi, diretora da Abridgef, observou que, na forma atual da lei (artigo 52), as locadoras de automóveis estão obrigadas a ofertar veículos adaptados apenas para as pessoas que dirigem. Salientou, porém, que é necessário que as empresas providenciem carros para as pessoas que não dirigem, mas que precisam ser transportadas na própria cadeira de rodas no interior do veículo. Citou, como exemplo, a condição da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é tetraplégica. Com relação à frota de táxis, Monica recomendou a regulamentação do padrão de veículo adaptado, evitando a oferta de automóveis fora de padrões de segurança.

Já o presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina, Felipe Gulin, defendeu a completa supressão do artigo que obriga as locadoras a manter nas frotas veículos adaptados.

Segundo Gulin, a medida é inconstitucional. O argumento de que o estatuto viola o princípio constitucional da livre iniciativa levou a Confederação Nacional do Transporte (CNT) a mover ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar o artigo.

— Trata-se de uma violação da liberdade de iniciativa das locadoras de veículo. Como não há oferta de veículo para todo o tipo de necessidade, as locadoras precisariam exercer atividade industrial para cumprir a legislação — disse.

Roberto Marconne Celestino de Souza, da área jurídica do Departamento Nacional de Trânsito, embora apoiando os

princípios gerais do estatuto, condenou a descrição detalhada que o texto traz em relação aos itens requeridos nas adaptações veiculares, a exemplo de câmbio automático, tipo de freio e vidros elétricos.

— Expor equipamentos obrigatórios em dispositivo legal pode acarretar engessamento da norma. E, diante dos grandes avanços tecnológicos que temos, isso de fato traz um engessamento — justificou.

O presidente do Conade, Flávio Henrique de Souza, adiantou que o órgão não vai abrir mão de direitos conquistados pela pessoa com deficiência.

— Uma coisa é fazer ajustes técnicos e corrigir distorções, mas a retirada de direitos o Conade não vai aceitar em momento algum — garantiu.

### Vetos criticados

A respeito da ação de inconstitucionalidade proposta pela CNT, o procurador Felipe Fritz Braga, do Ministério Público Federal, lembrou que o ministro do STF Edson Fachin já negou uma liminar pedida pelos autores. A seu ver, o mérito da ação não deve ser acolhido pela Corte.

Na avaliação do procurador, os autores perderam o “bonde da história”, não compreendendo o conceito de função social da propriedade.

Braga também criticou os vetos parciais da presidente Dilma Rousseff ao estatuto, sobretudo o corte do dispositivo que garantia cota em favor das pessoas com deficiência em instituições de ensino — inclusive profissionalizante — e empresas.

Participou também do debate Aline Sá Cavalcanti, assessora do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que detalhou programas de apoio em favor do desenvolvimento de pesquisas e produtos de tecnologia assistiva.

## Comissão sugere frente para defender Previdência Social

A coleta de nomes para criação de uma frente nacional em defesa da Previdência pública foi iniciada ontem durante debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão, e os convidados afirmaram que a Previdência Social não tem déficit e que é desnecessário que sofra reforma.

O senador ressaltou que a intenção desse primeiro encontro foi coletar nomes de senadores, deputados e da sociedade civil para ser criada a frente nacional. Paim afirmou que pelo menos 300 deputados e 50 senadores devem participar da frente.

— Teremos organizações do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. Essa frente será composta de inúmeras entidades para abraçar uma causa que é de interesse de todos e salvar a Previdência Social — disse.

Os debatedores condenaram as propostas da volta da CPMF e do aumento da alíquota da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20% para 30%. Segundo eles, o governo utiliza o “mito” do déficit da Previdência para impor medidas que apenas prejudicam os trabalhadores brasileiros.

Os participantes disseram que o combate à sonegação fiscal e à inadimplência e

a defesa da transparência no sistema previdenciário seriam medidas mais eficazes para solucionar os problemas da Previdência no Brasil.

Em sua mensagem presidencial na abertura dos trabalhos legislativos de 2016, Dilma Rousseff anunciou que vai propor ao Congresso Nacional mudanças na Previdência.

### Sustentável

No discurso, Dilma reforçou a necessidade de construir uma Previdência Social sustentável para o país. A presidente disse que é preciso adequar as regras previdenciárias ao envelhecimento da população. Garantiu, porém, que os direitos adquiridos serão respeitados.

— A proposta que será encaminhada ao Congresso levará em consideração expectativas de direitos, envolvendo, portanto, um adequado período de transição. Não queremos e não vamos retirar qualquer direito das brasileiras e dos brasileiros — afirmou.

Na terça-feira, a CDH se reunirá novamente para um novo debate sobre o tema e, em 27 de abril, centrais sindicais, especialistas, parlamentares e a sociedade em geral participarão de evento no Auditório Petrônio Portella sobre o assunto.

## Transposição vai beneficiar a Paraíba, diz Lira

Os 18 municípios da região metropolitana do Vale do Piancó, na Paraíba, serão beneficiados pela transposição das águas do Rio São Francisco, anunciou Raimundo Lira (PMDB-PB).



Jefferson Ruyff/Agência Senado

Segundo o senador, a previsão é que a licitação seja concluída no segundo semestre deste ano e que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre de 2017.

— É uma notícia fantástica para a Paraíba. Essa obra vai perenizar o Rio Piancó. O seu excesso vai correr de forma perene e permanente pelo Rio Piranhas, que, ao chegar no Rio Grande do Norte, passa a ser chamado de Piranhas-Açu, beneficiando cidades dos dois estados — comemorou.

## Paim avalia debates sobre terceirização

Paulo Paim (PT-RS) avaliou ontem as audiências promovidas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) na semana passada em Sergipe e Alagoas sobre o projeto que altera as regras da terceirização da mão de obra (PLC 30/2015), em tramitação no Congresso. As reuniões fazem parte de ciclo realizado por todo o país para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores.

No próximo dia 10, Paim estará em Palmas, e, no dia 11, em Goiânia, onde vai participar de mais audiências com trabalhadores e representantes do empresariado para discutir o tema.

O senador também falou sobre a proposta que proíbe o trabalho escravo (PEC 57/2011), já aprovada pelo Congresso, mas que ainda espera regulamentação.